

TRAJETÓRIAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES:

Migração paraense para o Amazonas (1970-2005)¹

Suena Santarém Loureiro²
João Marinho da Rocha³

Resumo: O estudo tem por finalidade refletir questões de fronteiras e identidades, constituídas em contextos históricos de transito/migração entre Pará e Amazonas. A partir de um processo de evidenciamento desses contextos, problematizamos a ideia de fronteira estabelecida pelo Estado colonial e pós-colonial, mas que sempre foi burlada por experiências e protagonismos de sujeitos que buscaram construir seus espaços de vida e sobrevivência. Essa pesquisa insere-se em um esforço de identificar e reconhecer o trânsito dos diversos sujeitos sociais que, historicamente, tramaram seus destinos entre as fronteiras Pará-Amazonas. Focalizaremos tal questão, tomando como recorte, as experiências de deslocamentos ocorridas na segunda metade do século XX, nos contextos dos grandes projetos, com destaque para o polo industrial de Manaus, como um forte elemento atrator de destinos Paraenses.

Palavras-chave: Trajetórias; Fronteira; Migração; Amazônia.

Abstract: The study aims at reflecting issues of borders and identities, constituted in historical contexts of transit / migration between Pará and Amazonas. From a process of evidence of these contexts, we problematize the frontier idea established by the colonial and postcolonial state, but that has always been mocked by the experiences and protagonisms of individuals who have sought to build their living and survival spaces. This research is part of an effort to identify and recognize the transit of the various social subjects who, historically, plotted their destinies between the Pará-Amazonas borders. We will focus on this issue, taking as a cut, the experiences of displacements that occurred in the second half of the twentieth century, in the contexts of large projects, especially the industrial pole of Manaus, as a strong element attracting Paraenses destinations.

Keywords: Trajectories; Border; Migration; Amazon.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tratará sobre a migração interna na Amazônia, especialmente aquela que ocorre entre os dois maiores estados da região amazônica: Pará e Amazonas. Tal inquietação partiu de mim, autora do artigo, por conta das relações pessoais que possuo com a temática, estando inserida nesse processo migratório, ao sair da cidade de Terra Santa-PA para estudar em Parintins-AM, e suscitei, desse modo, ser de grande valor o estudo desse tema.

¹ Artigo apresentado à Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP, como pré-requisito para o título de Licenciatura Plena em História.

² Acadêmica do 8º período de Licenciatura em História. Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP. E-mail: suena.santarem13@hotmail.com

³ Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas. Centro de Estudos Superiores de Parintins, UEA/ CESP. Doutorando do Programa de Pós-Graduação “Sociedade e Cultura na Amazônia”. Universidade Federal do Amazonas - PPGSCA/UFAM. E-mail: jmrocha.hist@hotmail.com

E ao abordar as principais dinâmicas migratórias observadas na Amazônia nas últimas décadas e a sua importância para a compreensão dos processos de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da região, se fazem notar grandes mudanças em todos os setores da sociedade a ponto de ser quase impossível pensar a Amazônia sem levar em consideração as migrações internas que conferem à região uma mobilidade humana intensa. (OLIVEIRA, 2016)

As dinâmicas migratórias envolvem todas as dimensões da sociabilidade e representam mais uma possibilidade de leitura e interpretação da Amazônia inserida na complexidade da dinâmica da migração em suas variadas dimensões. O perfil migratório da região identifica fatos novos e antigos de deslocamentos de populações que fazem circular novas bases de produção, transferências de tecnologias e conhecimentos. (OLIVEIRA, 2014)

Sendo assim, esta pesquisa pautou-se na migração que ocorreu/ocorre na Amazônia, compreendida a partir da constatação de eminentes deslocamentos que exigem relacionar causas e consequências de uma realidade que apresenta características de um contexto globalizado específico, já alertados por alguns interpretes das sociedades e culturas regionais. Benchimol (2009, p. 487) enfatiza que:

[...] a Amazônia vem sofrendo um grande processo de mudança e transformação. Mudança, tanto no sentido econômico, pela ampliação e surgimento de novas atividades produtivas, como no campo cultural, pela absorção de novos grupos humanos que para ela se deslocaram ao longo de mais de um século. Só uma coisa permanece constante: a grande capacidade que a sociedade amazônica demonstra em acolher, absorver, assimilar e integrar povos e culturas diferentes, [...] sobretudo em um contínuo processo de adaptação, onde renova-se e influencia, assim como deixa-se influenciar, sem perder o seu caráter e sua identidade brasileira e tropical.

Partimos assim, da hipótese de que as dinâmicas migratórias podem fornecer uma das novas chaves de leitura e interpretação da Amazônia em seus processos socioculturais. Os quais resultam de novas conjunturas da mobilidade humana, marcadas pelos deslocamentos compulsórios e as novas estratégias de ordenamento sociopolítico, econômico e cultural na região.

Este artigo passa a ter então por finalidade, refletir questões de fronteiras e identidades, constituídas em contextos históricos de trânsito/migração entre Pará e Amazonas. A partir de um processo de evidenciamento desses contextos, problematizamos a ideia de fronteira estabelecida pelo Estado Colonial e Pós-colonial, que sempre foi burlada por experiências e protagonismos de sujeitos que buscaram construir seus espaços de vida e sobrevivência.

Ele insere-se no âmbito das práticas do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas – GEHA, do qual decorrem pesquisas como as de Júlio Cláudio da Silva e João Marinho da Rocha, que em certos aspectos, iluminam a respeito do intenso trânsito da população negra entre Oeste do Pará e o Leste do Amazonas, especialmente, como as que ocorreram ao longo do século XIX e início do XX, chegando a formar comunidades negras rurais e quilombolas, como as que reivindicaram diferenciação étnico-racial no Rio Andirá, Barreirinha-AM⁴.

Nossa pesquisa parte, portanto, do esforço de identificar e reconhecer tais trânsitos, dos diversos sujeitos sociais que, historicamente, tramaram seus destinos e construíram suas vidas entre as fronteiras Pará-Amazonas. Focaliza-se tal questão, tomando como recorte as experiências de deslocamentos ocorridas na segunda metade do século XX, nos contextos dos “grandes projetos”⁵ experimentados na Amazônia, com destaque para o Pólo Industrial de Manaus⁶, como um forte elemento atrativo de destinos do Oeste Paraense⁷.

No esforço de localizar e situar os percursos do século XX, realizamos uma investida teórica junto a autores que tratam de processos históricos regionais ainda no século XIX. Nesse sentido, apresentamos uma breve reflexão acerca de tal temática a partir das indicações constantes nos textos de autores estudados num contexto da disciplina História da Amazônia 2 no semestre 2016/02, ministrado por João Marinho da Rocha, a saber: Ricci (2003); Gomes e Queiróz (2003); Funes (2003); Pinheiro (1999); e Sampaio (2001).

A consulta e análise de tais textos nos permitiram, dentre outras coisas, refletir e produzir, naquele contexto, escrita sobre essa dinâmica migratória interna na Amazônia no século XIX e entender as relações históricas que possibilitaram essa trajetória de homens e mulheres, reatualizadas por outras personagens século XX adentro. Citamos especialmente as conexões estabelecidas de tais sujeitos com as conjunturas econômicas,

⁴ A Fundação Palmares, através da portaria nº 176 de 24 de outubro de 2013, registrou no livro de Cadastro Geral nº 16 e certificou de acordo com a auto definição e o processo em tramitação junto a referida fundação que as comunidades de Boa fé, Itucara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade se definem como remanescente de quilombo. Ver Diário oficial da União Seção 1 nº 208, sexta, 25 outubro.

⁵ Para saber mais, ver Almeida (2012); Becker (2004); Cleary (1994); e Silva(2000).

⁶ Criada em 1957, foi reformulada completamente em 1967, para vigorar durante 30 anos (BATISTA, 2007).

⁷ Os principais núcleos populacionais tornados cidades no XIX foram Santarém, Óbidos, Alenquer e Faro. Atualmente além dessas cidades, mais 11 municípios, constituem o Oeste do Pará: Almeirim, Belterra, Curuá, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha e Terra Santa.

sociais e políticas do século XIX, tais como a Cabanagem (1836-1840) e a expansão em larga escala da extração da borracha (1870-1920).

Sobre o recorte para a segunda metade do século XX, vale lembrar que a Amazônia atravessava (re)direcionamentos de políticas do Estado autoritário Brasileiro, especialmente na década de 1970, quando foram criadas medidas que aumentaram o processo produtivo de alimentos e abertura de novas fronteiras na região. Vista outra vez, pelo capital, como fornecedora de matéria prima, a Amazônia estabeleceu setores agropecuários e extrativistas. A nova onda de colonização dos espaços regionais, baseou-se na formação de fazendas, geralmente ao redor dos rios e estradas, e as cidades que foram formadas a partir deste momento eram complemento das fazendas que se faziam presentes em diversos locais da região amazônica (TOBIAS, 2002).

Dentro desse contexto situamos a cidade de Terra Santa – PA, local de onde parte nossas análises na construção do referido TCC. Consta que a cidade denominada Terra Santa origina-se de uma antiga fazenda de criação de gado bovino, por volta dos anos 1930. Situada no extremo Oeste Paraense, fronteira com o Amazonas, este município foi distrito de Faro⁸ até o ano de 1992, quando construiu seu processo de emancipação política⁹.

Por ser uma cidade situada distante da capital paraense, ou seja, a 891 km de Belém e, por estar em uma região de fronteira, observa-se que há um grande fluxo migratório dela para cidades mais próximas, como Parintins e Manaus, situadas a Leste do Estado do Amazonas, reatualizando corredores históricos de mobilizações populacionais, como aqueles contextos informados acima. Mas o fluxo que ocorre nos dias atuais, tem relação com algo que acontecia frequentemente há um determinado tempo, por conta dos interesses que os diversos grupos tinham, como por exemplo, quando no Brasil a Amazônia era dividida administrativamente entre Grão-Pará e Alto Rio Negro, sendo esses trânsitos sempre intensos na Amazônia.

E ao trabalharmos com a dinâmica migratória que ocorre nas fronteiras abertas entre os dois maiores estados da região norte, Pará e Amazonas, buscamos refletir sobre algo que perpassa através de séculos na Amazônia, ou seja, o contato e a forma de vida

⁸ “A villa de São João Baptista de Faro, que teve sua origem em uma aldeia dos índio Uaboys, estabelecida abaixo da confluência do histórico Nhamundá ou Jamundá com o Pracatú, acha-se situada na extremidade ocidental de um bello lago, de 3 milhas de comprimento e 2 de largura e na margem esquerda do mesmo Nhamundá [...]”. (SOUZA, 1873, p. 173)

⁹Ver Godinho (2005). Monografia de Conclusão do Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA.

de sujeitos sociais marcados por diferentes contextos, perspectivas e expectativas, dentro das fronteiras dessa região.

A partir de mapeamentos de trajetórias por meio da metodologia da História Oral, focalizamos o trânsito de sujeitos das regiões de fronteira de Terra Santa à Parintins, que em seguida se estende à Manaus. Esse trânsito continua solto no século XX, atrelado aos grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia, já que a área do oeste do Pará se torna esquecida por parte dos governantes, que não olham para essas regiões de fronteira. E as trajetórias dos sujeitos ao longo do século XX, nos ajudam a perceber essas configurações sociais, cenários políticos e processos.

A AMAZÔNIA EM FINS DO SÉCULO XX

Durante o período do governo civil-militar, o foco era planejar o desenvolvimento da região amazônica através de programas do governo. O órgão que passou a ser responsável por tal planejamento foi a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que dentre outras coisas, passou a implementar os objetivos econômicos para o crescimento da Amazônia.

Esse planejamento pode ser dividido em cinco fases principais de acordo com KOHLHEPP (2002), que seriam: 1- O Programa para Integração Nacional (PIN), na primeira metade dos anos 1970; 2- O Programa Polamazônia de 1974 a 1980; 3- Os Programas de desenvolvimento rural integrados do início dos anos 1980; 4- Os Megaprogramas e Projetos dos anos 1980; 5- O Programa Piloto na primeira metade dos anos 1990.

Esses projetos e programas realizados na Amazônia, praticavam o estilo do “desenvolvimento de cima”. A implementação de objetivos nacionais de crescimento econômico determinados pelo centro do país e suas conexões e demandas internacionais, sem levar em conta as peculiaridades amazônicas, aliada à falta de participação regional e local em todos os setores para a chamada integração ao mercado mundial, acabaram por intensificar a denominada síndrome de “periferia da periferia”. (KOHLHEPP, 2002, p.42)

A mentalidade predominante na década de 1970, que era a do Eldorado, fez com que houvesse a exploração econômica e a quase ilimitada distribuição das áreas periféricas da região amazônica. Então, a partir do II Plano de Desenvolvimento para a Amazônia, as estratégias foram concentradas no conceito de “pólos de desenvolvimento”. Este foi baseado em pontos separados, como por exemplo, a extração de recursos minerais

ou áreas com possível processo industrial. De acordo com KOHLHEPP (2002), isso não resultou na “concentração descentralizada”, mas aumentou a diferença entre o desenvolvimento inter e intrarregional, tornando a periferia mais dependente do centro em nível nacional e internacional.

Os projetos com caráter nacional, não se realizam sem efetivamente incorporar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais na vida das pessoas, famílias e comunidades que formam uma nação. O Brasil experimentou ciclos de crescimento e desenvolvimento, mas nunca promoveu a distribuição de renda justa e a inclusão social, inviabilizando de certa forma um desenvolvimento integral, em que a vida e a dignidade das pessoas vêm em primeiro lugar.

Os programas de colonização, principalmente a partir da década de 1970, procuraram direcionar a migração para a Amazônia, mas acabaram somente conseguindo incidir marginalmente, na dinâmica do povoamento. Sendo assim, a alteração no caráter da migração e urbanização na Amazônia, não foram somente quantitativas. Elas associaram-se às formas de ocupação de fronteiras, à proletarização da população no campo e aos novos processos de mobilidade da força de trabalho. (VICENTINI, 2004)

E enquanto se desenhava um novo panorama econômico para a região, a descoberta e a exploração de recursos naturais e minerais, e a ampliação da infraestrutura econômica e social, a Amazônia passou a exercer novamente a função de foco de apelo e atração dos diversos estados brasileiros. (BENCHIMOL, 2009)

Do período de 1940 a 1991, expressaram-se formas diferenciadas de apropriação territorial, colocando assim a Bacia Amazônica como uma fronteira de expansão para o país, ou seja, ela era entendida como uma fronteira rural, devido ao entender desse espaço como um vazio que precisava ser expandido e integrado a outras regiões do país. (VICENTINI, 2004). Já o significado contemporâneo de fronteira, é expresso por Backer (1990, p.11), da seguinte forma:

Fronteira hoje, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros e camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas.

Nisso, o conceito de fronteira passa por uma transformação, onde teria a diminuição dos movimentos migratórios para a Região Amazônica, passando a predominar as migrações internas, em um constante deslocamento da população.

O Polo Industrial de Manaus, que está dentre esses programas que tinham o objetivo de desenvolvimento econômico da Amazônia, projetou este grande fenômeno migratório para a região especialmente para a capital amazonense. Manaus ascendeu definitivamente à condição de metrópole e em 1991, ela concentrava 67% do total da população urbana da região. (VICENTINI, 2004). Essa parte da população vai para essa região em busca de uma melhor qualidade de vida, e se estabelece geralmente nas regiões periféricas da cidade, e com o salário que ganham ao trabalhar na indústria não conseguem ter acesso aos produtos tecnológicos produzidos nesse Pólo.

E há consequências nesses novos processos de povoamento na Amazônia, pois, se de um lado houve a contribuição para a expansão demográfica, mineral e a criação de novos centros de produção industrial, de outro ela reiniciou também os novos surtos de muitas tensões sociais, indicando um grande processo de mudança e transformação na região.

Isso aconteceu também na época da expansão da borracha, em que pessoas de outros países e de outras regiões vieram pra Amazônia e se beneficiaram, de modos diferenciados e desiguais, com a riqueza produzida naquele momento. Produzindo, por exemplo, a urbanização das cidades Amazônicas, como no caso de Manaus, mas ao mesmo tempo produziam a exclusão social¹⁰.

Nesse sentido, a Amazônia está inserida em uma complexidade de envolvimento entre o local e o global. Seja como zona produtiva descentralizada, reserva territorial estratégica ou espaço de colonização pioneira, a sua configuração está envolta de significados opostos com aqueles traçados em outras épocas e projetos. (SILVA, 2000)

PARA ENTENDER AS MEMÓRIAS EM TRÂNSITO NA AMAZÔNIA

A partir desse contexto regional, as análises das entrevistas que trouxemos, evidenciam segmentos das histórias de vida de diversos atores sociais, marcados por um processo contínuo de busca de melhores condições de vida e sobrevivência para além de seus lugares de origem. Além disso, elas iluminam as conexões econômicas, sociais, políticas e culturais na Amazônia. Esses relatos constituem-se de diferentes narrativas, indo das questões econômicas às questões educacionais, apenas para citar duas delas.

De acordo com Cardoso (2010), trazer as narrativas para um campo de investigação, requer pensar como esses indivíduos se faziam sujeitos no enredo que

¹⁰ Para saber mais, ver Dias (1999).

construíram e como suas experiências individuais nos falam sobre o significado de processos sociais marcados tanto pelas tensões, quanto pelas contradições nos diversos espaços que frequentavam.

Por sua vez, a história social mantém seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos, ou seja, sociais, na explicação histórica. (CASTRO, 1997)

Nessas colocações, situamos as muitas possibilidades da história social, sinalizando para um movimento constante de abertura de novas interpretações. Compreender como o mundo social é reconstruído pelas pessoas nas suas relações sociais, traz para o campo da reflexão as experiências dos diversos sujeitos, inserindo na História os que vivem à margem da cultura dominante, não como grupos isolados a quem damos voz porque excluídos, mas como homens e mulheres que reconstróem cotidianamente suas experiências nos debates diários com outros sujeitos. (CARDOSO, 2010)

De acordo ainda com Cardoso (2010), lidar com as narrativas orais nessa perspectiva da história social é trabalhar com elas em um diálogo que se constrói entre o historiador, que tem suas questões de investigação voltadas para a compreensão do social e seus interlocutores, e as pessoas que trazem para o diálogo as suas experiências, expondo nas suas falas os significados que elas atribuem ao que viveram no passado, sob a luz do tempo presente ou das inquietações que se fazem presentes no cotidiano de cada uma.

O diálogo que estabelecemos com os sujeitos presentes na pesquisa, são portadores de sentidos e de subjetividades que precisam ser analisados como indicadores de memórias individuais sobre o vivido, que são, ao mesmo tempo, evidências das relações sociais no ontem e no hoje, ou seja, expressam uma coletividade.

Visualizamos as trajetórias dos mesmos com auxílio da metodologia da História Oral, estando atentos para o fato de que a memória se constitui como um processo identitário, quando faz referência à culturas e comportamentos coletivos, já que se lembra individualmente, mas este sujeito sempre está inserido social e historicamente em determinada perspectiva (DELGADO, 2010). Mais que isso, “o ato de lembrar insere-se entre as possibilidades múltiplas de registro do passado, elaboração de representações e afirmação de identidades construídas na dinâmica da História” (DELGADO, 2010, p. 46).

O potencial que a metodologia da História Oral possui não pode ser definido, pois tendo na memória sua principal fonte informativa, permite assim que o historiador adote abordagens históricas de características diferentes. A memória, portanto, traduz o registro de tempos, experiências, abordando muitos e incontestáveis objetos que revelam a trama da existência revelada por ênfases ou omissões. Ressignificando o tempo, fornecendo assim à História, a matéria-prima para a construção do conhecimento.

Não podemos falar em uma memória fixa, mas sim e uma memória como um processo de construção. Por isso uma pessoa pode elaborar relatos diferentes a respeito de um determinado acontecimento, de acordo com o momento e as circunstâncias da remoção do presente.

Alberti (2011), nos diz que isso acontece porque a memória é mutante, sendo possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, que pode ser estudada por meio das entrevistas de História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo ou a sociedade como um todo.

A memória é dinâmica. Individual, porque é única, mas também coletiva, porque remete a experiências sociais. A memória é a fonte que abastece as lembranças, que por sua vez, fundamentam as histórias particulares que retiram sua individualidade do conjunto de experiências que convergem para a vida de uma só pessoa. Conforme afirma Meihy (2007, p.19):

A memória como base para a construção de narrativas convoca identidades coletivas de pessoas reunidas em um projeto. Isto evidencia que a memória individual deixa de ser um depósito explicativo de atitudes individuais e se abre para o conjunto social.

Na dinâmica de produção de documentos orais, a questão das identidades adquire uma dimensão especial, traduzidas pelo conhecimento das semelhanças e diferenças, mediante o ato de relembrar, construindo assim, as representações sobre o passado. Conforme Delgado (2010, p.46):

No processar da recordação estão presentes diferentes dimensões de tempo que constituem a dinâmica das trajetórias individuais e coletivas dos sujeitos da História. São os chamados tempos vividos, que comportam em si referenciais identitários. São tempos prenes de experiências, que podem ser registradas através de relatos orais.

Memória e História, presentes nas fontes orais, são também processos cognitivos, por meio dos quais as identidades de sujeitos históricos, individuais e coletivos, podem

ser melhor reconhecidas e analisadas como integrantes da construção da História, uma vez que as identidades são fontes de significados e experiências de um povo. As identidades podem ser definidas assim, como atributos culturais, simbologias, experiências, hábitos, crenças, valores, remetendo-se a um elenco de variáveis em permanente construção. Cabe-se então refletir sobre as potencialidades da metodologia da História Oral nesse processo de construção/reconstrução de identidades.

Para Delgado (2010), a História Oral é um procedimento metodológico que busca, através da construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões. Acerca disso, Alberti (2011, p.155) nos lembra que:

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX [...]. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente [...]

Conforme afirma Ferreira (2012), na História Oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória do sujeito que o informa, e ela passa a nortear reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes, sendo a narrativa a construção e a organização do discurso, valorizadas pelo historiador. A memória nesse contexto, é de valor infinito, onde múltiplas variáveis dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças de forma explícita, outras vezes de forma velada. E os documentos por ela produzidos, tem no registro da lembrança e esquecimento o principal suporte para reconstituição de versões, representações e interpretações sobre a História (DELGADO, 2010).

Seus conceitos e significados são vários, já que ela não se reduz ao simples ato de recordar. Eles revelam os fundamentos da existência, fazendo com que a experiência existencial, através da narrativa, integre-se ao cotidiano, fornecendo-lhe significado e evitando que a humanidade perca suas raízes e identidades. Meihy (2010, p.181) aponta-nos que:

[...] sob essa perspectiva, a História é sempre inacabada e, na infinitude dos processos, sua reversão passa a ser motivo da história oral. Exemplo disso: a emigração não acaba com a chegada a destinos; pelo contrário, questões afeitas à construção de identidades e de novas comunidades se apresentam como desafios.

Esse mesmo autor considera que a memória oral, dimensionada pela fala, atua como fonte original, torna-se recurso de onde surgem os elementos capazes de nutrir

possíveis análises que serão sempre provisórias e sujeitas às variações de tempo e espaço, de sociedades, culturas, além de circunstâncias e outras perspectivas para as Histórias Locais e Regionais.

A História Regional é uma das abordagens da História, e para Barros (2007, p. 99) “quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica.” De qualquer forma, o interesse central do historiador é estudar especificamente este espaço, ou as relações que ocorrem dentro dele, mesmo que pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior.

O objetivo da pesquisa se atém, dessa maneira, ao uso da História Oral, com o papel de identificar as trajetórias históricas dos sujeitos e suas relações sociais nos novos espaços de vivências, produzidos nas conexões com os contextos sociais, políticos e econômicos. Contextualizando esse processo por meio das trajetórias e as experiências dos sujeitos a partir do que ocorre na Amazônia no século XX e XXI. Para assim perceber como se produz as identidades nas trajetórias desses migrantes paraenses para o Estado do Amazonas a partir da década de 1970 a 2005.

Para que possa ser feita tal análise, as questões trazidas dialogarão com seis entrevistas, realizadas com sujeitos que fizeram parte do processo de migração. Elas foram feitas, na cidade de Terra Santa – PA, com pessoas que atravessaram os limites do Estado entre as décadas de 1970, 1980, 1990 e a partir dos anos 2000. Nisso, reatualizando processos históricos dos tempos coloniais e no Império, nos contextos cabanos (1836-1840) e extrativistas, como na Borracha (1870-1920), já citados, quando tais trânsitos eram comuns nas práticas econômicas, políticas, sociais e culturais entre o Oeste Paraense e o Leste Amazonense.

As questões econômicas são amplamente visualizadas nas trajetórias e sonhos de vidas dos sujeitos repelidos de suas localidades no interior da Amazônia, lugares representados por eles como “*sem muita opção*”¹¹ sendo atraídos pelo grande espaço produzido e reatualizado para uma nova frente do capital na Amazônia Ocidental, que foi o que ocorreu com a cidade de Manaus a partir da década de 1960, com a implantação da Zona Franca de Manaus. Muitos dos quais (re)qualificados economicamente, tornaram-se “*montadores de peças*”¹² do Distrito Industrial e foram, ao que parece, atraídos pelo

¹¹ Jocelle dos Santos Godinho. Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa – Pará.

¹² Ana Lúcia Fernandes Ribeiro. Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa – Pará.

eterno “mito viajante” do *El Dorado*, que como indica Castro (2010), reatualiza-se constantemente nas políticas do Estado para a Amazônia nos diversos cenários históricos.

Já com o segundo grupo de sujeitos, ocorre que impulsionados pela vontade e necessidade de estudar, a fim de deixarem “*de cavar buracos na lama da mineradora Vale do Rio Doce em Porto Trombetas*”¹³, em Oriximiná-PA, muitos, como é o caso de Reginaldo Barbosa Gentil (Atual Secretário de Educação de Terra Santa), que por não ter o Ensino Fundamental completo foi retirado do ônibus e reclassificado para o caminhão “pau-de-arara”¹⁴. Cena ocorrida no seu contexto de trabalho na “frente de exploração de bauxita”¹⁵ no rio Trombetas e que marcou definitivamente sua trajetória. Desde então, tomou para si a decisão de estudar e isto implica em “desterrar”.

Para tanto, esses sujeitos tiveram que mudar de cidade e de vida, outros, pela falta da oportunidade de emprego, precisaram buscar, em um primeiro momento, em cidades menores como Santarém, se a decisão fosse para a Amazônia Oriental, ou Parintins, se a decisão fosse para a Amazônia Ocidental, objeto destas reflexões. Na sequência, impulsionados pelos grandes projetos que se faziam na Amazônia, partiram rumo a capital Manaus.

MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XIX: os diversos atores sociais

*Aqui existe um povo!
A Amazônia não é somente um ambiente físico,
mas também um ambiente humano,
com uma história social, política e econômica,
com uma cultura própria, ou melhor, com
várias culturas bem diversificadas entre si.
Aqui existe um povo com múltiplos rostos:
índio, caboclo, negro, migrante...
(Cláudio Perani, 2007)*

O Baixo Amazonas¹⁶, como era conhecido nos tempos coloniais e imperiais, que é a atual região do Oeste do Pará, foi e é um dos pontos do Estado onde mais se encontram populações negras e mestiças do Grão Pará. É dessa região, de onde surgem, a partir das últimas duas décadas do século XX, inúmeras comunidades quilombolas

¹³ Reginaldo Barbosa Gentil. Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa – Pará.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Os principais núcleos populacionais tornados cidades no XIX foram Santarém, Óbidos, Alenquer e Faro. Atualmente além dessas cidades, mais 11 municípios, constituem o Oeste do Pará: Almeirim, Belterra, Curuá, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha e Terra Santa.

reconhecidas da Amazônia. Confrontados pelos grandes projetos de Mineração Rio do Norte que “intruzaram” suas terras e modos de vidas e iniciaram exploração de Bauxita.

No século XIX, viajantes como Bates (1979, p.102) indica que:

Óbidos e Santarém receberam, nos últimos oitenta anos, grandes levas de escravos negros; antes disso, o que havia era um cruel tráfico de índios, com a mesma finalidade, mas o seu número foi diminuindo gradativamente, e hoje os índios constituem uma insignificante parte da população do distrito. A maioria dos proprietários de Óbidos são proprietários de fazendas de cacau, situadas nas terras baixas da vizinhança. Alguns são grandes criadores de gado, possuindo muitas léguas quadradas de pastos à beira do lago grande e de outros situados no interior, perto dos vilarejos de Faro e Alenquer.

Sobre as existências e formas de relacionamentos com a sociedade escravista, Bastos (2000, p.101) indica como tais mocambeiros do Trombetas exerciam suas relações econômicas e sociais com a cidade de Óbidos nos idos do XIX:

Os mocambos do Trombetas são diversos [...] atraem os escravos [...] Os negros cultivam a mandioca e o tabaco [...] colhem a castanha, a salsaparrilha etc. Às vezes descem em canoas e vêm ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar às escondidas; com os regatões que sobem o trombetas, eles o fazem habitualmente.

Essas populações transitavam dentro da Amazônia, tendo sempre uma fronteira aberta entre o Grão-Pará e as Guianas, especialmente no Baixo Amazonas e entre este e o Alto Rio Negro (GOMES e QUEIRÓZ, 2003). Abaixo, conta o relato de Bates (1979, p.114-115), sobre um negro encontrado nas mediações da atual Parintins-AM, vindo do rio Madeira, que pretendia comercializar seus produtos em Santarém-PA. Tal fato evidencia os mundos das relações entre os agentes sociais e trocas de solidariedades, para além daquilo que o Estado considera como Fronteira.

No dia 27 chegamos a um promontório cujas terras eram altas e cobertas de matas; é chamado Parentins, e atualmente forma os limites entre as províncias do Pará e do Amazonas. Ali encontramos uma pequena canoa, que descia o rio com destino a Santarém. Seu proprietário era um negro livre por nome de Lima; ele descia o rio, acompanhado da mulher, com o fim de trocar a sua produção de fumo por mercadorias europeias. A canoa era comprida e rasa, e estava tão carregada que sua borda quase chegava ao nível da água. Lima morava nas barrancas do Rio Abacaxi, que vai desaguar no Canomá, um canal interior que se estende desde o Rio Madeira até o Parentins, [...] era natural de Pernambuco, mas fazia muitos anos que se fixara naquela região. Trazia em sua companhia uma jovem índia pertencente à tribo dos Mauhés, cuja terra de origem é a região situada antes do Canomá, entre o Madeira e o Tapajós.

Sobre esses trânsitos e entrepostos comerciais, Conego Bernardino (1873), indica como havia um comércio intenso nessa fronteira Oeste/Leste, indicando que os produtos de Cerpa/Itacoatiara e Vila Bela/Parintins, saíam registrados pelo porto de

Óbidos. Dentre os vários produtos cita o comércio do pirarucu que “dá-se em todo o Amasonas, sendo o districto de Villa-Bella o que fornece a maior quantidade do peixe secco (pirarem), que abastece as duas províncias do Pará e Amasonas” (SOUZA, 1873, p.74).

Em meados do século XVIII e início do XIX, de acordo com Ricci (2003), o Pará cresceu significativamente, mais precisamente durante os anos em que funcionava a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e em que ele possuía ligações comerciais e políticas na ocupação da Amazônia, expandindo seus limites e fronteiras. De acordo com essa autora, as famílias que residiam no Pará, eram migrantes de outras capitanias.

A antiga Capitania do Grão-Pará iniciava o século XIX com o contato não só entre homens letrados e comércios entre os diversos locais, mas também com a troca entre as ditas “pessoas mais simples” (livres pobres, libertos e escravos) em todos estes pontos. Havendo inclusive, uma migração interna de pessoas, principalmente os escravos negros (RICCI, 2003).

De acordo com Gomes e Queiróz (2003), no período da exportação da borracha na segunda metade do século XIX, era utilizada a mão-de-obra do mameluco, caboclo ou tapuio, esses grupos circulavam nas regiões do Grão-Pará. E em várias áreas da Amazônia, muitos dos quais passaram a ser fugitivos, se uniram e formaram comunidades, e encontravam-se também frequentemente nas fronteiras da região. Eles reinventaram constantemente suas próprias fronteiras e também identidades. Ainda de acordo com os autores, “grupos de fugitivos negros do Suriname, grupos indígenas e negros fugidos do Grão-Pará encontraram-se frequentemente nas fronteiras amazônicas” (GOMES e QUEIRÓZ, 2003, p.150).

Há muitos relatos que confirmam esse processo de contatos entre as diversas etnias presentes na Amazônia e de suas experiências, em sua maior parte negros fugidos, grupos indígenas entre outros. Ainda segundo Gomes e Queiróz (2003) algo que chama atenção nos relatos de autoridades do final do século XIX é o profundo desconhecimento sobre o que se passava na região, quanto às fronteiras Amazônicas, e de certa forma também o preconceito que havia com a população local.

No livro “O Fim Do Silêncio” de Patrícia Sampaio, no artigo de Ygor Olinto Rocha Cavalcante, intitulado “Fugido, ainda que sem motivo: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1888)”, mostra-se a fuga de escravos e escravas “com experiências históricas específicas” (CAVALCANTE, 2010, p.44). As

informações foram recolhidas através dos inúmeros jornais da época, que mostram que a maioria das fugas que saíam das mais diversas regiões amazônicas, ou mesmo do Oeste do Pará, tinham Manaus como destino, cidade que crescia e se modernizava oferecendo trabalho e a oportunidade dos escravos conseguirem o pecúlio.

E ainda conforme Cavalcante (2010) dentro desse processo de estruturação e organização da nova província, as fugas desses cativos devem ser consideradas como expansão das atividades produtivas. Mas fugir nesse sentido, não queria dizer necessariamente que os negros escravos iriam diretamente para os quilombos, mas sim circulavam pelos rios se juntando a outros negros livres e libertos. Os escravos em fuga trabalhavam nos barcos ou se escondiam neles, viajando através do rio Amazonas, se deslocando entre o Baixo Amazonas e Manaus, como mostra Cavalcante nos relatos observados nos anúncios de jornais.

É importante destacar que no início da década de 1820 a agitação pelo Brasil iniciou por conta do cenário de independência, e destacou-se também o estado de espírito do povo do Pará e Amazonas, onde se intensificou as comunicações entre os moradores da capitania do Pará e das capitanias vizinhas. Onde homens livres, índios e negros entravam e saíam dos sertões de dentro e fora das capitanias (RICCI, 2003). Está ocorrendo, nesse momento, uma transição política em que o Brasil passa de Colônia para Império, e isso vai refletir nos trânsitos dos sujeitos que vivem na região norte.

No século XIX, está se discutindo a emancipação política do Brasil, em que havia nesse momento um conflito e uma contradição entre o alto Amazonas e o Grão-Pará. O Amazonas não possui sua autonomia política e quando ela ocorre demonstra ser uma independência problemática, pois os seus governantes são todos Paraenses. Isso vai alimentar e criar uma memória negativa sobre o paraense, que se faz presente por todo o século XIX, adentrando o XX, e reatualizado na atualidade nas memórias aqui analisadas.

O principal movimento que elevou o “estado de espírito” na região amazônica foi a Cabanagem (1836-1840), sendo um movimento político constituído no Pará e no Amazonas, registrando intensa participação de camadas populares, que lutavam pela independência e igualdade no Brasil no século XIX. A sua grandiosidade se revela no número e na diversidade de pessoas envolvidas, e no grande território alcançado pelos confins da Amazônia. Este movimento tinha a presença de povos indígenas, os escravos negros fugidos e demais populações ribeirinhas.

Nesse movimento os negros reivindicavam a liberdade de todo o seu povo, já os índios e caboclos por melhores condições de vida. Aliados a pequenos proprietários, os

cabanos constituíram revoltas populares contra interesses políticos e de senhores. “Os cabanos são visto ora como criminosos ora como heróis, ora como bandidos, ora como salvadores da pátria - reinventado sob diferentes perspectivas” (PINHEIRO, 2001, p.1).

De acordo com Pinheiro (2001), em 1836, no período da regência, foi enviado uma tropa do Exército, sob o comando do general Francisco D’ Andréa, para combater os cabanos, a tropa cercou Belém provocando a retirada dos cabanos para o interior do Pará. A última fase da luta demorou alguns anos e na Amazônia houve diversos combates de grupos dispersos de cabanos enfrentando as forças imperiais do Brasil, o que resultou não somente em um massacre de inúmeras comunidades indígenas e grupo quilombolas, mas também na fuga desses grupos para o interior do Baixo Amazonas, o que ocasionou o fim do conflito e, conseqüentemente, o aumento das redes de solidariedades na atual região Oeste Paraense e Leste Amazonense.

MIGRAÇÃO E TRAJETÓRIAS: os sujeitos do século XX e XXI

Acerca dos movimentos contemporâneos, verificamos entre Oeste Paraense e Leste Amazonense intensa movimentação em busca de oportunidades de formação educacional e profissional em centros regionais maiores, que aparece como fator mobilizador de jovens paraenses saídos de Terra Santa e demais cidades.

Os fluxos migratórios destinados à Parintins ou Manaus podem ser encarados a partir de várias interpretações, que permitem identificar essas diferenças de contextos e estruturas sociais presentes nos deslocamentos populacionais. Portanto, cada migrante ou grupo de migrantes, tem uma trajetória social diferenciada, construída a partir de um constante contato com as estruturas sociais distintas do seu local de origem.

Percebemos essas trajetórias diferenciadas ao recorrermos às narrativas dos sujeitos entrevistados no decorrer da pesquisa. Cada um deles possui uma história de vida única, mas que está ligada a um contexto social, econômico e cultural mais amplo. Um caso emblemático é o da senhora Ana Lúcia Fernandes Ribeiro que saiu da cidade de Terra Santa – PA, na década de 1970, para estudar na cidade de Parintins-AM, já que sua cidade natal não oferecia condições para que prosseguisse nos estudos. Segundo ela, as pessoas que quisessem estudar tinham que ir para outros locais. Após o término do seu estudo e especialização, partiu na década de 1980, para buscar emprego na capital, atraída pela Zona Franca de Manaus:

Aí eu fui pra Manaus que eu trabalhei cinco anos na SHARP, fiquei trabalhando lá [...] Eu era analista de inventário rotativo [...] Eu comecei como [...] na produção de montadora, e aí com seis meses tu tem direito a fazer um teste [...] Aí uma vez eu vi, eu vi uma vaga pra auxiliar de custos, e aí eu fiz um teste pra mim [...] e quando eu fiz o teste eu passei, passei. Com seis meses eu saí da produção. Aí eu fui pra lá, trabalhei num, no departamento de custos, aí com o tempo, aí eu trabalhei, aí peguei uma promoção pra analista de inventário rotativo, aí eu fiquei lá trabalhando, durante cinco anos eu trabalhei lá¹⁷.

Sobre esse contexto indicado por Ana, Batista (2007) nos diz que a Zona Franca de Manaus foi criada em 1957, mas em 1967 o presidente Castelo Branco a reformulou completamente para vigorar durante 30 anos, intentando oficialmente promover o desenvolvimento da Amazônia. Modelo precursor de industrialização nos moldes internacionais, com incentivos fiscais e isenção de impostos de importação, criou-se o que hoje é considerado um dos principais polos eletroeletrônicos da América Latina. (VICENTINI, 2004)

Perante esse quadro, a cidade de Manaus passa por um processo de transformação a partir desse novo processo de produção. Há um aumento elevado no nível de emprego industrial, da ordem de 4.000, em 1960, alcançando hoje uma estimativa de 70.000 empregos diretos criados pelo Distrito, sendo que parte significativa desses trabalhadores advém de cidades ribeirinhas da região (VICENTINI, 2004). Porém, esse processo é elencado com um dos pontos negativos da Zona Franca de Manaus, o qual seria o “deslocamento maciço do interior, que viu nas novas perspectivas de Manaus uma esperança para alcançar um nível de vida digno” (BATISTA, 2007, p.351). De acordo com esse autor, tal população se estabeleceu, sobretudo, nas periferias de Manaus em constante expansão urbana, via ocupação de terras.

Tal situação também pode ser percebida a partir do relato do senhor Manoel Duque de Castro (55 anos, aposentado) que saiu da comunidade do Ubim, localizada próximo à cidade de Terra Santa, no interior do Pará, rumo à cidade de Parintins-AM, ainda criança, impulsionado pela necessidade de estudar. Mas por conta da falta de recursos financeiros e a não adaptação nas áreas de várzea da Amazônia, teve que ir junto com seus pais, sua esposa e alguns irmãos para a capital amazonense, instalando-se nas referidas áreas de ocupação, comumente classificadas pelo Estado e seus operadores como “área de invasão” dentro da cidade.

[...] o papai decidiu vim embora pra Parintins e depois, decidiu vender a casa pra gente ir embora pra Manaus. [...] Nessa nossa mudança pra Manaus aí só

¹⁷ Ana Lucia Fernandes Ribeiro. Entrevista realizada em Abril de 2017 em Terra Santa Pará.

acompanhou eu e minhas irmãs menores que eu [...] também morei num bairro que era de invasão, Terra Nova, era [...] aliás em Manaus parte daqueles bairro tudo [...] naquele tempo era só invasão. [...] Invadiam e depois o pessoal [...] aí o prefeito mandava aterrar, meter rua, meter luz, [...] e eu consegui também um terreno lá e até hoje ainda tenho casa por lá¹⁸.

As áreas de ocupação ou invasão por ele referidas, são consentidas e abrangem extensas áreas da cidade, onde só existem barracos sem nenhuma infraestrutura instalada. Verdadeiras áreas marginalizadas na área urbana, com formas de assentamento similar à moradia ribeirinha tradicional, que é constituída com material disponível na floresta, só que neste caso, longe do rio, sem disponibilidade de qualquer serviço urbano. (VICENTINI, 2004)

Isso se dá por conta do grande aumento da população urbana e ao crescimento da capital amazonense. Manaus se torna a partir da década de 1960, a metrópole regional da Amazônia Ocidental, apresentando mais de 150 mil habitantes em 1960, chegando a 700 mil em 1991, mantendo sempre uma restrita população rural, exercendo assim um poder de atração de população, extrapolando seu âmbito regional. (VICENTINI, 2004)

Tais relatos nos deixam a impressão de que as cidades localizadas nas fronteiras amazônicas são esquecidas, de modo proposital, por seus governantes. Assim, estas cidades não oferecem aos seus habitantes condições dignas para que tenham uma boa educação e saúde. Conseqüentemente, esses sujeitos precisam migrar para outras cidades, repelidos de seus locais de origem, por conta das más condições de vida que lhes são oferecidas. Esta é uma prática corriqueira observada na região do Oeste Paraense até pouco tempo.

O caso do senhor Reginaldo Barbosa Gentil (50 anos, Secretário de Educação), o qual foi parcialmente explicitado em trecho antecedente neste texto, evidencia essa dinâmica no contexto da cidade de Terra Santa - PA na década de 1990, a qual não possuía recursos e uma estrutura que atendesse aos anseios da população, deixando a desejar em aspectos educacionais, por exemplo. Durante a entrevista ele relata que passou um longo tempo sem ter acesso ao estudo e que somente no momento em que teve que “*cavar buraco*” na construção civil, percebeu que teria que sair de seu local de origem à procura de oportunidades, tendo ele se deslocado em busca disso rumo à capital do Amazonas:

[...] a minha viagem pra Manaus, aconteceu no ano de 2001, eu passei quatorze anos parado sem estudar em Terra Santa. Quando eu parei de estudar eu tinha 15 anos e voltei a estudar com 26 pra 27 anos, eu tinha só a sétima série. Fui trabalhar em trombetas, **cavando lá buraco na construção civil**, passei lá

¹⁸ Manoel Duque de Castro. Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa – Pará.

algum tempo e depois tomei a decisão de estudar [...] Terra Santa naquela época não oferecia nenhum curso de graduação. [...] era muito difícil naquela época, muito difícil mesmo! Nós não tínhamos oferecimento de nenhum curso técnico, nenhum curso de graduação, enfim, nenhum curso de nível superior e nem técnico. Isso motivava muito a gente a sair de Terra Santa.¹⁹

Como se vê, a falta de condições para prosseguir nos estudos fez com que Reginaldo perdesse uma grande oportunidade de emprego e a chance de poder mudar de vida. Ele segue sua narrativa, mostrando o quanto isso marcou profundamente sua trajetória e as decisões que tomaria dali por diante em sua vida. Por meio de uma cena impactante que nos mostra que os sujeitos que não possuem formação oriunda de estudo, são reclassificados, e em certa medida “desqualificados”, nas frentes de expansão e produção de espaços do capital na Amazônia adentro.

[...]infelizmente sem estudo você não consegue nada melhor, né. Perdi algumas oportunidades de emprego, inclusive na Vale do Rio Doce, né, no ano de 91, eu perdi essa oportunidade porque eu não tinha o primeiro grau, ofereceram dez vagas, nós éramos em torno de cinquenta homens de Terra Santa e Oriximiná, [...] e eles foram lá oferecendo vaga pra quem tivesse o segundo grau, e não tinha ninguém dos quarenta, depois eles baixaram pra quem tivesse o primeiro grau pelo menos, e eu só tinha a sétima série naquela época. E aí aquilo já me marcou, e só tinha três pessoas com o primeiro grau, inclusive esses três eles entraram pra Vale do Rio Doce, Mineração Rio do Norte projeto Trombetas²⁰, e nós em torno de 35-37 fomos pra uma empresa de construção civil, uma terceirizada. Fato curioso foi que também me marcou nessa época foi [...] na hora da saída lá do escritório, aí todos nós nos dirigimos pra um ônibus, entramos no ônibus e com poucos minutos um funcionário veio [...] e perguntou se nós [...] iríamos entrar pela Mineração, fazer integração, e aí a gente disse que não, e ele disse não, então desçam do ônibus que vocês vão no caminhão pau-de-arara, pra ir lá atrás num outro caminhão. Então tudo isso já foi marcando pra mim, pra mim poder ir embora de Terra Santa.²¹

Através desses relatos constituímos caminhos sugestivos de uma reflexão sobre a sociedade capitalista, a qual ao mesmo tempo em que integra determinados sujeitos, a partir de seu nível intelectual, exclui e desqualifica tantos outros pelo mesmo motivo. Tendo este segundo grupo, pela necessidade de enquadrar-se ao modelo proposto, a buscar se incorporar às exigências impostas pelos mecanismos capitalistas vigentes.

Mas de acordo com Assis (2007, p.752)

A migração não pode ser explicada apenas pelos fatores de atração e repulsão que fazem as pessoas migrarem devido aos diferenciais de oferta de trabalho. No caso das migrações de longa distância, quanto mais estabelecidas

¹⁹ Reginaldo Barbosa Gentil. Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa – Pará.

²⁰ O Projeto Trombetas, que foi implantado no município de Oriximiná, Estado do Pará, desde 1967, pertence ao grupo acionista da Mineração Rio do Norte que em 1990 congregava a Companhia Vale do Rio Doce, entre outras companhias. A empresa é responsável por mais de mil empregos diretos e abriga a população que reside na vila residencial de Porto Trombetas, que atrai mão-de-obra dos núcleos urbanos mais próximos, como no caso de Terra Santa, conforme relato de Reginaldo.

²¹ Idem.

encontram-se as redes, maiores chances tem o migrante no local de destino. Dessa forma as redes sociais tornam-se um recurso precioso [...]

Em vez de pensá-la como um fator que propicia o rompimento de laços, devemos vê-la como um novo campo de relações entre diferentes indivíduos, formando rearranjos familiares. A ajuda oferecida por parentes é utilizada por grande parte das mulheres, os homens também se apoiam nessas redes, mas eles contam mais com a ajuda de amigos para arranjar trabalho e moradia.

Esse processo pode ser percebido através do relato da Professora Joelma dos Santos Godinho. Ela relata em sua entrevista que era concursada no município de Terra Santa, atuando como professora de 1ª à 4ª série, e convidaram-na para dar aula de história, mas ela não se sentia preparada para dar aula na disciplina, precisava se qualificar. Foi então que abriram vagas para o primeiro vestibular da UEA²² em Parintins no ano 2000 e ela resolveu se inscrever, passou no vestibular e passou também a morar na cidade de Parintins.

[...] faltava algo pra mim , uma vez que eu não estava qualificada pra dar aula na disciplina de história, tinha que ser, tinha que estudar pra dar aula naquela disciplina, e apareceu a oportunidade e tinha o curso de história no vestibular, então eu acabei fazendo , me inscrevendo uma vez que eu fui pra Parintins porque eu tinha parentes lá era muito mais próximo pra gente ir, tornou-se muito mais viável pra mim na verdade, tornou-se muito mais viável pra mim uma vez que meus pais sempre viajavam pra lá, então a oportunidade do vestibular era muito boa, e eu acabei prestando vestibular e graças a Deus acabei sendo aprovada.²³

Ao incorporar a categoria gênero na análise dos fluxos migratórios, a migração deixa de ser apenas uma escolha racional de indivíduos sozinhos e passa a emergir em redes de relações sociais, como estratégia de grupos familiares, amigos ou pessoas da mesma comunidade. Nesse contexto, as mulheres e os homens, em diferentes momentos, aparecem como elos que ligam “aqui e lá” redes sociais que ajudam a viver nesse outro ambiente. (ASSIS, 2007, p. 768).

Algumas mulheres vivenciam maior autonomia e empoderamento através desse processo, ao migrarem sozinhas para fugir de poucas oportunidades, como podemos constatar através do relato da professora Joelma Godinho.

[...] o diferencial é a sensação de liberdade que eu tinha lá em Parintins, que eu tinha lá uma sensação de liberdade uma vez que eu morava sozinha, então era

²² Vale ressaltar, que a UEA (Universidade do Estado do Amazonas), sobrevive a partir dos recursos oriundo da Zona Franca de Manaus. Ou seja, há esse investimento em polos educacionais no interior do Estado para que a Capital passe a receber um número menor de pessoas.

²³ Joelma dos Santos Godinho. Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa – Pará.

livre , então quando eu vir pra terra santa, quando eu vinha na verdade passar as férias , os meus pais ficavam inclusive meio que assim assustados porque eu fiquei livre , vamos dizer assim, eu era independente , porque eu sempre fui muito independente né, então eu comecei a trabalhar cedo, então eu me achava muito independente então essa questão da própria independência eu trouxe pra cá, isso aprendi lá e acabei trazendo isso pra cá, essa independência financeira, essa independência dos pais literalmente, de sair e de voltar a hora que quer, enfim...²⁴

Situação semelhante ocorre com a sua irmã Jocelle dos Santos Godinho. Em seu relato ela diz que foi para a cidade de Parintins acompanhar a irmã que foi para estudar, porque não estava fazendo nada em Terra Santa, uma “cidade sem muita opção”, e como já havia terminado o ensino médio viajou para lá e começou a fazer curso pré-vestibular que era oferecido pelos alunos da universidade, depois de um tempo passou a morar em Santarém onde também fez cursos, e acabou sendo aprovada no vestibular da UEA.

Eu só estudava, é logo quando eu fui pra Parintins eu fui acompanhar a minha irmã que tinha passado no vestibular, eu tinha terminado o ensino médio, fiquei aqui, não tinha outra opção, terminei o ensino médio fiquei dois anos sem fazer nada praticamente que eu não queria estudar, não...terminei com dezessete vou dar u tempo de estudar, aí eu fui pra Parintins com a minha irmã que ela passou no vestibular eu fui com ela, não tava fazendo nada aqui e fui pra lá, aí eu não prestei vestibular nessa época, eu fui pra Santarém fazer pré-vestibular, cursinho, aí passei e fui estudar em Parintins, mas terra santa era a única opção o ensino médio, eu não trabalhava só estudava, só...só mesmo, não tinha muita opção, era prefeitura ou porto trombetas.²⁵

A inserção das mulheres nesses fluxos migratórios tanto no passado como no presente, demonstram que a migração não é resultado apenas de uma escolha racional, mas também de estratégias familiares em que homens e mulheres estão inseridos contribuindo para rearranjos das relações familiares e de gênero. Mas há uma certa invisibilidade das mulheres nos estudos de migração, em que se forma a seguinte problemática: elas somente acompanhavam os pais, maridos e filhos ou faziam parte desse processo? Matos (2000, p.10) nos diz que a partir da

[...] década de 70, as mulheres entram em cena e se tornam visíveis na sociedade e na academia, na qual os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados na maior parte da produção e na documentação oficial. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades, [...] descobrindo-as como sujeitos da história e objeto de estudo.

O processo de emergência desse tema, tanto na produção historiográfica como em outras áreas, privilegiou, entre outras questões, a do trabalho feminino, em particular o

²⁴ Idem.

²⁵ Jocelle dos Santos Godinho. Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa – Pará.

trabalho fabril, já que as mulheres estavam presentes em sua grande maioria dentro desses ambientes. A empiria torna-se importante nesse sentido, em torno do estudo de gênero, como um elemento indispensável para detectar e analisar as transformações pela qual construíram suas práticas cotidianas. (MATOS, 2000)

Através dessa pesquisa, percebemos que elas fazem sim parte desse processo, buscando autonomia financeira, independência e principalmente buscam seu lugar na sociedade. É claro que os outros fatores também aparecem no percurso.

Um caso diferente talvez seja o da D. Orzila Duque de Castro, 84 anos, que nos contou que morava na comunidade do Ubim, interior próximo ao município de Terra Santa, e que trabalhava lá com juta e agricultura. Fez sua primeira mudança na década de 1970 para a comunidade de Valéria²⁶ e depois para Parintins, pois segundo ela seu marido era assim e não se acostumava nos locais. Na cidade de Parintins sua casa ficava na rua Nhamundá, bairro de Palmares²⁷ e ela trabalhou, no período que foi para lá, na Fabril-juta e na Coop-juta²⁸, e que o sustento e a compra das coisas para seus filhos ficava por sua conta.

Quando eu morava em Parintins, que eu trabalhava na Coop-juta, na fabril de juta, só nesse negócio de juta mesmo [...] Aí só o que tinha era negócio de juta né, aí eu fui pra lá, eu arrumei um trabalho lá e trabalhei [...] Eu não sabia ler, mas naquele tempo qualquer um trabalhava né, tudo o meus filhos ganhavam, quando chegava naquele mês[...] e tinha porção de filhos né...tudinho pra minha carteira.²⁹

Caso curioso é que ela era praticamente responsável pelo sustento de sua família através do trabalho na juta, mas seu marido era quem “dava as ordens”, e eles viviam assim em constante mudança entre as fronteiras da região. Essa “concordância” com as decisões “unilaterais” do companheiro, talvez tenha explicação através disso, e o fato de estar longe de sua família agravava mais ainda a situação.

Podemos destacar dessa forma, que o social é historicamente construído, e nele as experiências sociais tanto de homens quanto de mulheres são diferenciadas e emergem numa condição própria, dependendo da sociedade em que estão inseridos. (MATOS, 2000).

²⁶ Situada na margem direita do Rio Amazonas, a leste de Parintins, distante 52 km da sede municipal, é um território de fronteira entre os Estados do Amazonas e Pará.

²⁷ O bairro de Palmares, na cidade de Parintins, surge a partir de sujeitos deslocados de outras regiões e de comunidades rurais afetadas por enchentes dos rios.

²⁸ A Coop-Juta foi uma cooperativa de produtores rurais, na década de 1970, que teve como produto principal a juta.

²⁹ Orzila Duque de Castro. Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa – Pará.

Contudo, percebemos que os grandes projetos realizados na Amazônia passam também a decidir as trajetórias e destinos dos sujeitos da região, e é no trânsito que se produz e transformam-se as suas identidades. Nessa perspectiva o migrante é interpretado enquanto sujeito dos processos migratórios que (re)definem novos espaços e espacialidades, especialmente nas dinâmicas interna e intrarregional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As razões pessoais do fenômeno migratório podem ter diversos resultados, podendo ser ocasionados pelos desequilíbrios regionais dos fatores de produção. Seja em um enfoque neoclássico, em que os indivíduos migrariam em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, seja em uma abordagem em que a formação dos fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país, os motivos da migração são relacionados ao trabalho e aos protagonistas do processo. (OLIVEIRA & JANNUZZI, 2004).

Contudo, as questões levantadas aqui ilustram, no campo de estudos migratórios, a contribuição em poder trazer a interpretação sobre como que se manifesta esse fenômeno na região Amazônica, que era muito forte durante o período Colonial e continuou no Império e na República. Incontáveis são as trajetórias de sujeitos que não acabam e transgridem as fronteiras estabelecidas pelo Estado, e buscam melhores condições de vida e sobrevivência.

Percebemos com maior nitidez, uma atualização dessa dinâmica presente na Amazônia desde o século XIX, com o trânsito das populações, desde as negras e mestiças dos contextos coloniais e imperiais, até gentes mais contemporâneas, que atravessavam os limites impostos pelo Estado, burlando as fronteiras, e que se fazem presentes na atualidade, (re)qualificados pelos atores sociais desse processo ao longo do século XX a XXI.

O aumento no número de mulheres nos fluxos populacionais, mas também pela aceitação do conceito de mulher migrante, confere à mesma outro “lugar” social e político nas coordenadas das migrações. À luz dos estudos de gênero³⁰, identificamos que quando as mulheres assumem o protagonismo da migração na Amazônia, ou seja, quando são

³⁰ Através da leitura de trabalhos, como de Álvares e D'Incao (1995); Gomes (2011); Tilly (1994); e Torres (2012).

elas que decidem pelo deslocamento e suas consequências, esse “poder de decisão” precisa, no mínimo, ser problematizado ou relativizado (OLIVEIRA, 2014).

Portanto, essas reflexões confirmam a importante contribuição dos estudos migratórios como uma forma de representação da Amazônia, propiciando outras interpretações das conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais, tendo como base o entendimento da mobilidade humana na região, dando à Amazônia novos significados interpretados pelos povos em constante mobilidade no interior dessa região densa e complexa.

FONTES ORAIS

CASTRO, Manoel Duque de. Aposentado e comerciante. Entrevista realizada em abril de 2017. Terra Santa-Pará.

CASTRO, Orzila Duque de. Aposentada. Entrevista realizada em abril de 2017. Terra Santa – Pará.

GENTIL, Reginaldo Barbosa. Secretário de Educação e Professor. Entrevista realizada em abril de 2017. Terra Santa – Pará.

GODINHO, Jocelle dos Santos. Professora. Entrevista realizada em abril de 2017. Terra Santa – Pará.

GODINHO, Joelma dos Santos. Professora. Entrevista realizada em abril de 2017. Terra Santa – Pará.

RIBEIRO, Ana Lucia Fernandes. Professora. Entrevista realizada em abril de 2017. Terra Santa Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: **Fontes Históricas/** Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2011.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Mulheres migrantes no passado e no presente:** gênero, redes sociais e migração internacional. Estudos Feministas, Florianópolis, 2007.

BARROS, José D’ Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas:** a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979.

- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª. ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer, 3ª. ed., 2009.
- CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador**. Uberlândia, 2010.
- CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: **Amazônia: região universal e teatro do mundo/organização Willi Bolle, Edna Castro e Marcel Vejmelka**. São Paulo: Globo, 2010.
- CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha Cavalcante. “Fugido, ainda que sem motivo”: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial. In: **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia/ Patrícia Melo Sampaio**. Belém: Editora Açai; CNPq, 2011.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: **Novos domínios da história/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FUNES, Eurípedes A. **Mocambo do Trombetas: Memória e etnicidade (séculos XIX e XX)**. In: Os senhores dos rios / organizadores Mary Del Priore, Flávio dos Santos Gomes – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- GOMES, Flávio; QUEIROZ, Jonas Marçal. Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia. In: **Os senhores dos rios / organizadores Mary Del Priore, Flávio dos Santos Gomes** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia Brasileira**. Estudos Avançados 16, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.
- MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: 10 itens para uma arqueologia conceitual**. Núcleo de Estudos em História Oral – USP: Oralidades, 2007, p. 13-20.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Memória, história oral e história**. Provocações, 2010.
- OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004.
- OLIVEIRA, Marcia Maria de. **Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas, 2014.
- OLIVEIRA, Marcia Maria de. Mobilidade humana na Amazônia contemporânea: pressupostos teóricos e metodológicos. In: **Migrações e outros deslocamentos na Amazônia Ocidental: algumas questões para o debate/ organização Carla Monteiro de Souza**. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

PERANI, Cláudio. **Amazônia e a Campanha da Fraternidade 2007**. In. CNBB. Campanha da Fraternidade 2007. Brasília: CNBB, 2007.

PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. **De mocambeiro a cabano**: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. vol. 1. Primeiro semestre, 1999.

PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. **Uma revolta popular e suas versões na historiografia**. Manaus: ed. Valer 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império. In: **Os senhores dos rios** / organizadores Mary Del Priore, Flávio dos Santos Gomes – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SAMUEL, Raphael. **Teatros de memória**. São Paulo: Proj. História, 1997.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SOUZA, Cónego Francisco Bernardino de. **Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas**. Pará: Tvp do futuro, 1873.

TOBIAS, Alberto José Silva. **Dinâmica Migratória Paraense No Período 1981-1991**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.